



Federação Nacional da Educação

Assunto: Petição n.º 143/XV/1.ª - Pela cessação do Projeto Maia - Pedido de informação

PARECER

Projeto Maia – Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica

O projeto Maia – Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica, implementado desde 2019, foi desenvolvido com o principal propósito de contribuir para a melhoria das práticas de avaliação das aprendizagens dos alunos. No entanto, é impossível não percecionar o mal-estar generalizado que causou na classe docente e nas escolas. O Projeto Maia, ao invés de promover uma verdadeira reflexão sobre a questão da avaliação, veio aumentar a carga burocrática e tornou-se sinónimo de “grelhas”, “rubricas”, “desgaste”, “burocracia” e “exaustão”.

Apesar da sua implementação não ter carácter obrigatório, as escolas e os professores sentiram a enorme pressão que havia por parte dos Centros de Formação, nomeadamente por parte dos representantes dos CFAE ao nível da Autonomia e Flexibilidade Curricular e receiam as ações inspetivas da IGEC, que insistem nas evidências escritas de toda a recolha de informação relativa à avaliação das aprendizagens.

As escolas tiveram de reformular os critérios de avaliação, procurando atender às orientações do Projeto Maia, criando referenciais de avaliação complexos, muitas vezes inexecutáveis para a maioria dos docentes, nomeadamente para aqueles com muitas turmas e com poucos tempos semanais com cada turma. Isto implicou, inevitavelmente, uma sobrecarga de trabalho para os professores sem serem evidentes ganhos nas aprendizagens dos alunos. Reina, entre a classe docente, um sentimento de enorme desgaste e desânimo perante a carga burocrática que este projeto veio trazer às escolas, e que, de forma direta ou indireta, se parece basear na presunção da desconfiança do professor, que tudo tem de registar, de dar feedback, de mostrar evidências... Mais grave ainda, perante o insucesso de um aluno, para a culpa sobre o professor que, provavelmente, não deu feedback de qualidade ou não utilizou os instrumentos adequados para avaliar o aluno.

E reitera-se: após 4 anos deste projeto, não há evidências nas melhorias das aprendizagens dos alunos.

A FNE não é insensível às motivações intrínsecas do Projeto, com as quais concorda, em termos da necessidade de se promover em cada escola a reflexão sobre as práticas avaliativas dos alunos desenvolvidas pelos seus Professores, no sentido da sua melhoria. Esta é, sem dúvida, uma preocupação para todos os Docentes que a assumem nomeadamente no quadro das suas práticas de autoavaliação.

No entanto, resulta como muito claro que boas práticas assinaladas em algumas escolas a este nível não podem ser transferidas mecanicamente para outros contextos. Torna-se necessário um processo de apropriação em cada escola, sob pena de as desvirtuarmos e as tornarmos indesejadas e inúteis, quer por efeitos de resistência e modulação da sua operacionalização, quer por efeitos dos mecanismos de controlo e regulação para a sua uniformização.

Invoca-se aqui o ensinamento de Perrenoud que nos alerta para que “as reformas nunca resolvem inteira e definitivamente os problemas do sistema educativo”; contudo, afirma que a forma como são conduzidas e negociadas com os professores poderão ou não preparar “os professores para se tornarem atores do sistema educativo e adquirirem competências que poderão ser reinvestidas em novas reformas, anos mais tarde”.

É nossa convicção que, na prática educativa, as mudanças tendem a ser mais fruto dos próprios profissionais e não tanto da regulamentação.

Perante estes factos, é urgente uma reflexão profunda sobre a pertinência da continuidade deste projeto.

Entendemos que o projeto deve ser sujeito a uma avaliação urgente sobre os efeitos negativos que tem promovido, em termos do crescimento inaceitável de práticas burocráticas e que devem ser suspensas todas as orientações e práticas que pretendem conduzir à imposição do desenvolvimento do projeto nas escolas ou à adoção de orientações uniformes com vista à adaptação/apropriação que cada escola dele entenda fazer.

Porto, 5 de junho de 2023

Federação Nacional da Educação



Pedro Barreiros

Secretário-Geral